

Estudo Técnico Preliminar 9/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08410.002720/2023-94

2. Descrição da necessidade

2.1. A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí, não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos para o atendimento desses serviços, especificamente para a finalidade pretendida. Assim sendo, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada torna-se necessária a terceirização dos serviços continuados de recepção em atendimento às necessidades do Centro de Atendimento Unificado - CAU da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí.

2.2. O Decreto-Lei nº 200/67, em seu art. 10, §7º, autoriza a Administração a contratar a execução de tais tipos de atividades para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

2.3. A Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG, prevê a contratação do objeto:

Dos Serviços Passíveis de Execução Indireta

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

2.4. Assim, considerando que os serviços pretendidos são necessários e imprescindíveis ao funcionamento da SR/PF/PI, bem como que tais serviços não possuem correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal próprio, consideramos plenamente justificada a presente demanda.

2.5. Os serviços justificam-se, mais especificamente:

2.5.1. Serviços de Recepcionista da CAU-SR/PF/PI:

A Polícia Federal no Piauí necessita de profissionais especializados nos serviços de recepcionista, tendo em vista a falta de efetivo para realizar esses serviços não emergências.

Trata-se ainda de serviços essenciais para propiciar melhor atendimento para os servidores e usuários externos.

Necessidade de recepcionar visitantes procurando identificá-los, averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações e/ou encaminhá-los a pessoas ou setor procurados, bem como, auxiliar em pequenas tarefas de apoio administrativo e em tarefas simples relativas às atividades de administração, para atender solicitações e necessidades da unidade.

2.6. Trata-se de serviço comum nos termos do Art. 6º, XII da Lei 14.133/2021, visto os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Estudo preliminar e Termo de Referência, anexos do Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEMIG/DREX/SR/PFPI	Eduardo Mesquita da Silva

FISCON/SELOG/SR/PF/PI

Maykellane Silva Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Definição apresentada na Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de serviços contínuos:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.2. No caso em concreto, considerando que o serviço a ser contratado visa manter a continuidade dos serviços prestados pela polícia administrativa desta unidade gestora.

4.3. A interrupção dos serviços geraria prejuízo ao desempenho das atividades fins e acessórias, visto que visam manter em plena funcionalidade os serviços prestados aos usuários externos.

4.4. Por se tratar de serviço de caráter continuado, o contrato deverá ter inicialmente vigência de 5 anos, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. A vigência plurianual de 5 anos, justifica-se por vantagens econômicas e processuais, com menor dispêndio em mão-de-obra quando das prorrogações em trabalhos repetitivos e trâmites processuais longos que empregam muito tempo da pouco mão-de-obra disponível da instituição.

4.5. Sustentabilidade: A CONTRATADA fica obrigada a adotar os termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, notadamente o disposto em seu Art. 6º, no que for aplicável.

4.6. O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

4.6.1. Serviço de Recepção - Recepcionista (CBO: 4221-05).

4.7. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.8. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

4.9. Subcontratação.

4.9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.9.2. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase, etapa ou aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração de atividades, o que não é o caso.

4.10. Participação de Empresas sob a forma de Consórcio.

4.10.1. Não será admitida a participação de empresas sob forma de consórcio.

4.10.2. A participação de consórcios, faz-se necessário que o objeto contratual seja complexo, de grande vulto ou, ainda, que seja uma prática de mercado, o que não é o caso. Vale ressaltar que o consórcio poderá, também, cercear a competitividade entre os licitantes, uma vez que reduz o universo de disputa.

4.11. Participação de Sociedades Cooperativas.

4.11.1 Não será admitida a participação de cooperativas no procedimento licitatório, considerando que o objeto trata-se de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra.

4.11.2 Neste caso, a atuação dos cooperados na execução do objeto contratado apresentará subordinação, pessoalidade e habitualidade, fato que traduz vínculo de emprego dos colaboradores em relação à empresa contratada. Assim ficará afastada a possibilidade da sua realização por uma sociedade cooperativa, conforme dispõe o art. 5º da lei 12.690/2012:

Art. 5º A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada.

4.12. Quanto à exigência de qualificação técnica e econômica:

4.12.1. Qualificação Técnica

O atestado de capacidade técnica é o documento destinado à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto de uma licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Em outras palavras, este documento servirá para que a contratante tenha conhecimento se a licitante possui qualificação técnica profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital, sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.

Deste modo, tal exigência faz-se necessária uma vez que reflete as melhores práticas nas contratações públicas

Diante disso, mister reconhecer que a contratação de terceirização de serviços continuados não se traduz em tarefa fácil, aliás pelo contrário, a Administração a duras penas e com frequência enfrenta problemas na execução neste tipo de contrato, como interrupções na prestação dos serviços, resultando em prejuízos à administração e encerramento prematuro de contratações que poderiam perpetuar por até sessenta meses.

Natural então que crie regras para inibir este cenário, dentre as dificuldades de contratação em contratos desta natureza não raramente nos deparamos com a contratação de empresas inexperientes, resultante da fragilidade nos critérios adotados nos editais, os quais não se demonstram adequados aos serviços contínuos.

4.12.2. Qualificação econômica

Verificamos que na mesma linha da qualificação técnica reflete as melhores práticas da Administração Pública.

Das exigências:

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

LIQUIDEZ GERAL: indica quanto à empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período;

LIQUIDEZ CORRENTE: indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo;

SOLVÊNCIA GERAL: expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve, além dos recursos líquidos, também os permanentes.

* Para os três índices mencionados, o resultado “>= 1” (maior ou igual a um) é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo que quanto maior o resultado melhor será a condição da empresa.

PATRIMONIO LIQUIDO: O patrimônio líquido (PL) representa tudo o que a empresa possui, já descontando tudo o que ela deve.

* Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

Os índices em questão tem como escopo indicar se a empresa tem condições de cumprir as obrigações decorrentes da execução do contrato, tais como salários e encargos trabalhistas, que incorrem previamente aos pagamentos recebidos.

Refletem a saúde financeira e econômica da empresa de uma gestão que possibilite a execução de um contrato com a Administração Pública que, em regra, requerem mais responsabilidades e rigor.

Portanto, a adoção dos índices não viola o caráter competitivo do certame, uma vez que reflete apenas a necessidade da Administração na aferição da capacidade de execução do contrato, por meio da aferição do equilíbrio da situação financeira e econômica do fornecedor, sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa fornecedora do objeto deste processo administrativo dado que este é de caráter acessório e de apoio.

5.1.1. Os serviços exigem interação direta com público externo e interno, conforme tarefas elencadas no Termo de Referência, neste aspecto cabe analisar a execução dos serviços "com" e "sem" dedicação exclusiva de mão de obra.

5.1.1.1 Os serviços de Recepção o horário e tempo despendido na execução dos serviços, compreende todo o horário comercial, sendo assim é uma demanda de caráter contínuo, não cabendo serviços sob demanda, como é típico dos serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, não cabendo outra unidade de medida senão o posto de trabalho..

5.2. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

5.3. Definida esta linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência dos serviços, no caso, deve-se seguir as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizando os seguintes meios de precificação:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

5.4. O detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constará no Mapa Comparativo de Preços.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução apontada pelo presente estudo é a contratação de serviços continuados de recepção em atendimento às necessidades do CENTRO DE ATENDIMENTO UNIFICADO - CAU da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. 4 (QUATRO) postos de trabalho para o serviço de recepcionista a serem executados na CAU - SR/PF/PI (Endereço: Shopping Rio Poty, Av. Marechal Castelo Branco, Av. do Controrno Shopping, 911, Porenquanto, Teresina/PI);

7.1.1 A quantidade de postos se justifica em função da quantidade de atendimentos, mais especificamente demanda por informações; cadastro e direcionamentos ao público; entrega de documentos etc.

7.1.1.1 A distribuição se dará com dois postos para emissão de passaportes, um para entrega de passaportes e um para atendimento de estrangeiros.

7.2. O quantitativo foi levantado com base na necessidade já presente e restrições orçamentárias.

7.3. Para a definição dos insumos e uniformes tomou-se como base a vida útil, quantidades necessárias ao bom andamento da execução dos serviços, volume de trabalho e tempo de serviço.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 196.464,96

8.1 O valor inicialmente estimado é de R\$ 16.372,08 (dezesesseis mil trezentos e setenta e dois reais e oito centavos) mensais e de R\$ 196.464,96 (cento e noventa e seis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos) anuais para o serviço a ser prestado na CAU - SR/PF/PI, totalizando o valor global contratual de R\$ 982.324,80 (novecentos e oitenta e dois mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos), com base nos contratos vigentes e no mapa comparativo de preços.

8.1.1 Os valores foram devidamente orçados, conforme parâmetros descritos no 5.3, mais especificamente II, III e IV do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Trata-se de um único item, logo, não há possibilidade de parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objeto deste processo administrativo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida aquisição vai ao encontro com as ações estratégicas traçadas no Plano de Gerenciamento de Contratações 2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Como já foi explicitado neste Estudo Preliminar, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom apoio logístico efetivo pela CAU-SR/PF/PI por meio de atividades de apoio que viabilizam a concentração da força laboral dos servidores nas atividades finalísticas, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos do Órgão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O Órgão já se encontra adaptado à prestação dos serviços demandados neste Processo Administrativo Licitatório.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

14.1.1. O objeto da licitação consiste na contratação de serviço que prescinde do uso de equipamentos ou materiais e que não geram resíduos nem emissão sonora, de sorte que não há impacto ambiental que demande o estabelecimento de critérios de sustentabilidade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

15.1.1 O serviço elencado é tecnicamente viável, condicionado a disponibilidades orçamentaria.

15.1.2 A partir dos estudos realizados, declaramos viável a presente contratação, recomendamos a licitação na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, tendo com critério de julgamento o menor preço por item.

15.1.3 Nos termos do Art. 9º, XIII, da IN 58/2022 SEGES, esta equipe declara que os serviços, ora contratados, são adequados ao atendimento das necessidades da instituição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO MESQUITA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

CAMILO MAGALHAES DA TRINDADE

Membro da comissão de contratação

MAYKELLANE SILVA SANTOS

Membro da comissão de contratação

DOGIVAL FERREIRA MORAIS

Pregoeiro

RANNYELLE LOPES FERREIRA

Membro da comissão de contratação